

Direito - BIC JÚNIOR

Pornografia de vingança e a proteção integral dos direitos das crianças e adolescentes: do art. 218-C do Código Penal ao art. 21 do Marco Civil da Internet

Ryan Diniz Ferreira - Bolsista Bic Júnior

Sthéfano Bruno Santos Divino - Professor do curso de direito, UFLA - Orientador(a)

Resumo

A pornografia de vingança é um fenômeno jurídico-social intensificado pela internet e pelas redes sociais, marcado pela divulgação indevida de conteúdos íntimos e pelo agravamento da vulnerabilidade de crianças e adolescentes. Apesar de não estar diretamente associado à Pornografia de Vingança, a Proteção Integral dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes em rede ganhou projeção nacional após o vídeo do influenciador Felca, em agosto de 2025, que denunciou a ?adultização? de menores e a omissão das plataformas digitais, mobilizando sociedade e autoridades. Casos noticiados e julgados recentes comprovam que a exposição virtual de crianças pode gerar danos psicológicos, sociais e jurídicos de difícil reparação, exigindo respostas do ordenamento jurídico. Diante disso, a pesquisa tem como problema de pesquisa: como os artigos 218-C do Código Penal e 21 do Marco Civil da Internet podem auxiliar na proteção integral dos direitos das crianças e adolescentes vítimas de pornografia de vingança?? A relevância do estudo justifica-se pelo aumento da vulnerabilidade e da violência digital contra crianças e adolescentes e pela necessidade de verificar se a legislação vigente garante proteção diferenciada, como a Constituição Federal e como o Estatuto da Criança e do Adolescente. O objetivo central é analisar criticamente os dispositivos legais em vigor, à luz da doutrina, da jurisprudência e de casos concretos, avaliando sua efetividade e apontando desafios práticos. Para tanto, o trabalho organiza-se em etapas: (i) contextualização da pornografia de vingança; (ii) análise do art. 218-C do Código Penal; (iii) análise do art. 21 do Marco Civil da Internet; e (iv) reflexão crítica sobre a efetividade da proteção integral. A metodologia é bibliográfica e documental, com abordagem dedutiva, utilizando livros, artigos, decisões judiciais e notícias. Como resultados parciais, verifica-se que, embora a legislação represente avanço, ainda enfrenta obstáculos, como morosidade judicial e anonimato digital. Contudo, a crescente atenção social e institucional após casos de repercussão demonstra avanços na consolidação da proteção integral.

Palavras-Chave: Violência digital., Vulnerabilidade infantojuvenil., Proteção jurídica..

Instituição de Fomento: FAPEMIG

Link do pitch: <https://youtu.be/YM7oA62lnus>